

**EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.304.493 - RS
(2012/0036420-0)**

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
EMBARGANTE : **DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM**
PROCURADOR : **ADRIANA KRIEGER DE MELLO E OUTRO(S) - RS046301**
EMBARGADO : **JOÃO CERIACO RODRIGUES**
ADVOGADO : **PAULO CESAR GARCIA ROSADO - RS030811**

EMENTA

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO. AÇÃO DE COBRANÇA. TERMO INICIAL DA INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA. CITAÇÃO VÁLIDA DO DEVEDOR. ART. 216 DO CPC/1973. POSSIBILIDADE. ATRIBUIÇÃO EXCEPCIONAL DE EFEITOS INFRINGENTES.

1. Conforme a orientação pacífica deste Superior Tribunal de Justiça, os juros da mora, no caso de prestações alimentares, são devidos a partir da citação do devedor, nos termos do art. 219 do CPC/1973.

2. Precedentes: REsp 1.356.120/RS, Rel. Min. Castro Meira, Primeira Seção, DJe 30/8/2013; AgInt no REsp 1.059.762/RS, Rel. Min. Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 1º/9/2016; AgRg no REsp 1.487.012/SC, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 13/4/2015; (EDcl no REsp 976.797/PR, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 17/12/2010).

3. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos modificativos, dando provimento ao recurso especial, para que os juros legais incidam a partir da citação válida do devedor, na forma do art. 219 do CPC/1973.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, acolheu os embargos de declaração, com efeitos modificativos, para dar provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília, 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator

